Por uma geografia etnoeducacional: Políticas de ações afirmativas sob a ótica indígena

For an ethno-educational geography: Affirmative action policies from an indigenous perspective

Por una geografía etnoeducacional: Políticas de acción afirmativa desde una perspectiva indígena

Solange dos Santos Sá Meneses
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
menesessolange7sol@gmail.com

Revista Presença Geográfica
vol. 12, núm. 1, 2025
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
ISSN-E: 2446-6646
Periodicidade: Frecuencia continua
rpgeo@unir.br

Recepção: 07 Outubro 2024
Aprovação: 23 Março 2025

URL: https://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2745193011/

Resumo: A pesquisa aborda as Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e seu impacto no acesso e permanência de estudantes indígenas nos cursos de graduação em Porto Velho/RO. O objetivo central é compreender como esses estudantes vivenciam o ambiente acadêmico, considerando as significações construídas sobre seus espaços e lugares. A pesquisa é de abordagem qualitativa e utiliza o método fenomenológico a fim de entender as percepções, subjetividades e dinâmicas de vida dos alunos da UNIR. Como instrumentos da pesquisa, tivemos revisão bibliográfica com autores indígenas como Munduruku (2009) Krenak (2019), trabalho de campo com roda de conversa, registro fotográfico e audiovisual. As Políticas de Ações Afirmativas são fundamentais para garantir o direito constitucional ao acesso à educação, evidenciando a importância de ações que apoiem a permanência dos discentes indígenas. Este estudo destacou os desafios enfrentados por esses alunos e a necessidade de aplicabilidade e mais políticas públicas que assegurem sua continuidade nos cursos de graduação, visando reduzir as taxas de desistência.

Palavras-chave: Povos Indígenas, Ações Afirmativas, Universidade, Educação.

Abstract: The research addresses Affirmative Action Policies at the Federal University of Rondônia (UNIR) and their impact on the access and retention of indigenous students in undergraduate courses. The main objective is to understand how these students experience the academic environment, considering the meanings constructed about their spaces and places. The research is qualitative and uses Merleau-Ponty's phenomenological method in order to understand the perceptions, subjectivities and life dynamics of UNIR students. As research instruments, we had a bibliographic review with indigenous authors such as Munduruku (2009) Krenak (2019), fieldwork with discussion circles,

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

photographic and audiovisual records. Affirmative Action Policies are fundamental to guarantee the constitutional right to access to education, highlighting the importance of actions that support the retention of indigenous students. This study highlighted the challenges faced by these students and the need for applicability and more public policies that ensure their continuity in undergraduate courses, aiming to reduce dropout rates.

Keywords: Indigenous Peoples, Affirmative Action, University, Education.

Resumen: La investigación aborda las Políticas de Acción Afirmativa de la Universidad Federal de Rondônia (UNIR) y su impacto en el acceso y permanencia de los estudiantes indígenas en los cursos de pregrado en Porto Velho/RO. El objetivo principal es comprender cómo estos estudiantesexperimentanelentornoacadémico, considerandolossignificadosconstruidosensus espacios y lugares. La investigación tiene un enfoque cualitativo y utiliza el método fenomenológico para comprender las percepciones, subjetividades y dinámicas de vida de los estudiantes de UNIR. Como instrumentosdeinvestigación,se contócon una revisión bibliográfica con autores indígenas comoMunduruku(2009)Krenak(2019),trabajo decampoconcírculosdeconversación,registros fotográficos y audiovisuales. Las Políticas de Acción Afirmativa son fundamentales para garantizar el derecho constitucional al acceso a la educación, destacando la importancia de las acciones que apoyen la permanencia de los estudiantes indígenas. Este estudio destacó los desafíos que enfrentan estos estudiantes y la necesidad de aplicabilidad y más políticas públicas que aseguren su continuidad en los cursosdepregrado,conelobjetivodereducirlas tasas de deserción.

Palabras clave: Pueblos indígenas, Acciones afirmativas, Universidad, Educación.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Introdução

Este artigo apresenta uma análise bibliográfica e de campo sobre as Políticas de Ações Afirmativas voltadas para o acesso e permanência de indígenas nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A pesquisa está vinculada ao "Projeto Viver Kaxarari: Territorialidades culturais e de gênero na relação com a natureza: imaginando mundos e construindo o Bem Viver", atrelado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (Gepgênero) e faz parte do plano de trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

Dentro desse contexto, é importante lembrar que as ações afirmativas, motivadas principalmente por movimentos sociais, não são políticas antidiscriminatórias (repressão aos discriminadores), mas ações preventivas e reparadoras no sentido de favorecer sujeitos que historicamente estiveram à margem do sistema. Desse modo, o conceito de ações afirmativas utilizadas no relatório será conforme a definição de Munanga e Gomes (2006), que conceitua como ações que promovem a igualdade de oportunidades para os grupos socialmente discriminados, criando mecanismos que permitam que esses grupos possam ter acesso a melhores posições sociais.

As Ações Afirmativas são políticas transformadoras dos espaços, aplicadas nas Universidades Públicas, e uma alternativa que possibilita modificar ações e discursos que reproduzem comportamentos hegemônicos da sociedade e contribuem para uso, utilidade e acesso do espaço para todos e todas.

Nesta pesquisa buscamos responder a seguinte questão: como está sendo implementada e executada a política de Ações Afirmativas em Porto Velho/RO, segundo o olhar das populações indígenas? Essa presença nos interroga, uma vez que evidencia a necessidade de fazer uma crítica à falta de alterações na estrutura curricular, que ainda é baseada em um currículo universal/ocidental.

O interesse pela temática da pesquisa surgiu a partir da percepção durante as aulas na graduação, onde foi percebido os entraves que existem entre a teoria e a prática das políticas de ações afirmativas. Dentro desse contexto, os indígenas, historicamente ausentes do espaço universitário, são parte enriquecedora do processo ensino-apredizagem, tanto para os acadêmicos quanto para a própria instituição. A presença de estudantes indígenas nas universidades traz diversas implicações significativas, tanto para os próprios estudantes quanto para as instituições, como por exemplo, o enriquecimento do ambiente acadêmico com novas perspectivas culturais, promovendo debates mais amplos e inclusivos; criação de políticas de permanência, apoio financeiro, e iniciativas para combater o preconceito e a presença indígena impulsiona a revisão de currículos e metodologias para incorporar saberes tradicionais e abordar questões históricas de forma mais crítica.

Dentro dessa perspectiva, deve-se levar em consideração que os indígenas têm experiências sustentáveis que podem orientar futuras gerações e assegurar a existência humana em equilíbrio sob os princípios da reciprocidade, fraternidade, da convivência e respeito pelo planeta. Diante da difícil tarefa de transformar este sistema consolidado na sociedade moderna, há modificações na rotina para a harmonia das relações sociais e com a natureza. Compreender as subjetividades e os problemas da homogeneização da humanidade nos permite "adiar o fim do mundo" – assim como fazem os povos originários (Krenak, 2019).

Com base no estudo, o objetivo central é compreender como esses estudantes vivenciam o ambiente acadêmico, considerando as significações construídas sobre seus espaços e lugares. Os objetivos específicos incluem: refletir sobre como os estudantes indígenas vivenciam o ambiente acadêmico, discutindo as significações atribuídas aos espaços que habitam; pesquisar, junto aos alunos indígenas, as principais dificuldades enfrentadas para se manter nos cursos de graduação na UNIR; e compreender de que maneira as ações afirmativas garantem o ingresso e a permanência desses estudantes na universidade.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou o método fenomenológico dialogando com Merleau-Ponty (2019), pois entende-se que sua ótica compreende o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção de racionalidade e de mundo já que para a fenomenologia o mundo é fruto da intersecção das experiências vividas pelo "eu" e pelos "outros". O sentido da fenomenologia está em nós mesmos, na forma como percebemos e na imagem que construímos do mundo vivido e na relação espaço - tempo.

A fenomenologia é o estudo das essências: a essência da percepção, essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira se não a partir de sua 'facticidade'. [...] É ambição de uma filosofia que seja uma 'ciência exata', mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo vivido [...] uma descrição direta de nossa experiência (Merleau-Ponty, 1999, p. 1).

Logo, a partir da fenomenologia, a relação do ser humano com a natureza passa a ser percebida como um fenômeno que ocorre através da percepção (Lencioni, 2003). O comportamento humano, de acordo com a fenomenologia, fundamenta-se em imagens subjetivas que construímos do mundo e está construção ocorre a partir da nossa percepção sobre os fenômenos e não no conhecimento objetivo do mundo real (Lencioni, 2003). A fenomenologia proporciona à Geografia abordagens que consideram o mundo percebido, o mundo vivido e mundo imaginado pelos indivíduos, proporcionando formas de analisar categorias geográficas como o espaço, o lugar e o território, dando lugar a outros modos de vida.

Nessa linha, Tuan (2015) apresentou o lugar não mais com conotação locacional, mas experiência vivida. Com base nesses conceitos fundamentais, refletiremos sobre como a Universidade é apreendida na Amazônia pelos povos originários, como meio a se compreender as significações e atitudes constroem a respeito do espaço e do ambiente em que convivem. Outro questionamento pode ser levantado, é sobre os "não-lugares" que poderiam ser aqueles onde não há compreensão de suas significações por diversos motivos como rupturas, construção e "excessos" da modernidade ou globalização. Mesmo com a "padronização" imposta pela pós-modernidade, há características da existência, no ser-no-mundo que independem de uma superestrutura, pois, embora influenciadas não possuem o "poder" de dissolver as sensações (Tuan, 2015).

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política (Tuan, 1995, p. 149).

Desse modo, Tuan não faz referência ao caráter estático do espaço, mas visa destacar materializações das experiências em sua dinâmica, algo comum nas relações do sujeito. Para isso, ele afirma que o lugar é o ponto "fixo" do encontro em comum de diferentes experiências, ou seja, a "experiência" como alicerce para sua constituição da "identidade" para aquele grupo. A experiência, significa a capacidade de aprender a partir da própria vivência e, neste processo, estariam envolvidos o pensamento e sentimento como elementos de sua modificação e inserção no mundo.

Na articulação dos procedimentos metodológicos tivemos revisão bibliográfica com autores indígenas como Munduruku (2009); Krenak (2019), trabalho de campo com roda de conversa, registro fotográfico e audiovisual. A roda de conversa se deu por meio do projeto de extensão intitulado Café com Ciência: Diálogos interculturais juntamente com o Programa de Pós-Graduação em Geografia e os grupos de estudos Gepgênero (Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero) e GepCultura (Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas) na Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho com participação de 53 alunos entre indígenas e não-indígenas.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Os convidados que relataram suas experiências neste diálogo foram Graduando/a em Biologia, Mestranda em Geografia e uma Graduanda em Direito, todos(as) matriculados regulamente na Universidade Federal de Rondônia.

RAÍZES DE CONHECIMENTO: AFIRMANDO DIREITOS E CULTURAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Os indígenas para cursar o ensino superior enfrentam diversos desafios diários. Inicia nos deslocamentos, uma migração das comunidades, para universidades localizadas nos centros urbanos; passam por dificuldades financeiras para arcar com alimentação e moradia, além de vivenciarem o preconceito nas instituições, e demais situações. Sobre diversidade cultural Bhabha (1998, p. 228) pondera: "O objetivo da diferença cultural é rearticular a soma de conhecimentos a partir da perspectiva da posição de significação da minoria que resiste à totalização". A universidade é, então, um território a ser conquistado por meio de movimentos políticos e sociais que buscam garantir direitos de acesso a um espaço segregado.

Historicamente, autores como Munduruku (2012) e Bonin (2012), em estudos sobre o caráter educativo do movimento indígena, expressam uma linha de pensamento voltada ao processo de inserção destes sujeitos no campo educacional, analisando direitos consolidados ao longo dos anos e a representatividade dessas conquistas na promoção da cidadania, inclusão e da educação como bem humano e social.

O corpo é o lugar onde reverberam os saberes da mente (intelectual) e os saberes do espírito (emocional). Educar é, portanto, preparar o corpo para sentir, apreender e sonhar. Pode ser também para sonhar, apreender e sentir. Ou ainda, apreender, sentir e sonhar. Não importa. É um mesmo movimento. É o movimento da Circularidade, do Encontro, do Sentido. Talvez que nada disso faça sentido para o ocidental acostumado com o pensamento linear, quadrado, senhorial, possessivo. Não importa. Nunca fomos entendidos mesmo. E ainda assim sobrevivemos (Munduruku, 2009, p.20).

O estudo das trajetórias socioespaciais como forma de situar os sujeitos e suas experiências no tempo e no espaço mostra-se promissor. Por meio das trajetórias socioespaciais, será possível compreender as relações entre sujeito e espaço e evidenciar como a diferença se insere nesse processo, além das trajetórias relacionais entre o indivíduo e o coletivo (Munduruku, 2009).

No campo educacional, desde o século XVI, a oferta de educação escolar aos indígenas esteve interligada a uma perspectiva também integracionista, dando ênfase à recusa da diferença, na tentativa de integração dessas comunidades ao contexto nacional (Bonin, 2012). Os autores conversam no sentido de explicitar a existência de tentativas de desapropriação dos indígenas de nossa sociedade, desde articulações de extermínio até as próprias práticas discriminatórias instauradas a fim de enfraquecer as populações, quanto ao reconhecimento social.

É como se a cultura do outro fosse mais forte, há um desbotamento e uma desvalorização grande dos estudantes indígenas no meio acadêmico. Alguns estudantes vão para a universidade e não são considerados produtores, autores e interlocutores do conhecimento nesse meio. Mas é preciso haver um processo reverso, que é o que chamo de indigenização. Por que não indigenizar o outro? Por que não quilombolizar, campesinar o outro? (Correa Xakriabá 2018, p. 19).

A Mãe-Terra é mais do que o espaço onde se vive. A Terra é sagrada, acolhe plantas, animais e minerais. Davi Kopenawa (2015, p. 30), líder da etnia Yanomami, defende que essa filosofia de vida como um aprendizado para toda a humanidade. O saber indígena pode ensinar "o homem branco a pensar antes de destruir, ensinar a comer bem [...]. Podemos mostrar a luz da sabedoria para sobrevivermos na Terra. Sei que alguns homens não acreditam, mas outros, sim, e estão nos ajudando".

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

A tarefa que nos propomos é reeducar as novas gerações de brasileiros para que consigam no olhar com a dignidade que merecemos. Para isso, não podemos fazer um enfrentamento violento como nos tempos antigos, mas usar das mesmas ferramentas que foram utilizadas para estabelecer seu preconceito: a escrita e a literatura. Por meio delas, inventaram rivalidades, difundiram os estereótipos e os preconceitos e, principalmente, dividiram nos para poderem dominar nossos saberes ancestrais (Munduruku, 2009, p. 191).

É preciso combater as injustiças, os privilégios e os mecanismos que geram a desigualdade, ou seja, devemos pensar na superação dos desafios do mundo contemporâneo. Nessa ótica, não há sofrimento maior para o indígena que abandonar sua terra, porque ao se afastar, perde a conexão com o sagrado. Sua relação com a terra, além do físico (pisar, cantar, dançar, plantar e colher) temos também uma cosmologia, essência de suas vivências como sujeito, com seus espíritos. [...]. Na visão cosmológica indígena o que prevalece é a vida, e os povos entendem a necessidade da auto realização da natureza. O que interessa é o equilíbrio. Isso intriga a visão materialista da cultura ocidental (Baniwa, 2016).

As ações afirmativas enquanto políticas transformadoras dos espaços, aplicadas nas universidades, surgem como uma alternativa que possibilita modificar, ou pelo menos, tentar provocar mudanças de ações e discursos que reproduzem certos comportamentos hegemônicos da sociedade e que contribuem para uso, utilidade e acesso do espaço, ou seja, compensar um determinado grupo social ou grupo étnico que por motivos histórico/espaciais foram impedidos de exercerem seus direitos como "cidadãos plenos", em igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação (Gomes, 2003).

Como por exemplo, no contexto da pandemia, os números indicam que a evasão aumentou. Em especial, ao levar em conta que as aulas presenciais foram suspensas e substituídas por aulas on-line. O isolamento causado pela pandemia afetou a população indígena no acesso às aulas online. Isso também acabou influenciando na inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio ENEM, principal porta de entrada ao ensino superior no país.

Vejamos alguns dados que contextualizam essa problemática: O ENEM registrou, em 2021, a menor participação desde 2007, a redução mais expressiva se deu na presença dos Indígenas, que lideraram o índice. Com uma redução de 54,8%, ou seja, 20.752 estudantes remanescentes dos povos originários não conseguiram fazer suas inscrições. Dados do IBGE de 2018, totalizam quase 60 mil alunos declarados indígenas no ensino superior. Entretanto, menos de 30% estão matriculados nas universidades públicas. Isso pode ter a ver com o fato das instituições privadas presenciais e Ensino a Distância (EAD) serem mais acessíveis. E, muitas vezes, em localidades próximas das terras indígenas (Barreto, 2022).

Sobre assistência estudantil, apesar de aparecer em anos anteriores em algumas instituições, é em 12 de dezembro de 2007, que a assistência estudantil ganha caráter e organização nacional, por se configurar em uma política de auxílio aos estudantes socioeconomicamente precários para garantir condições de permanência no ensino superior.

No Programa de Bolsa Permanência, a concessão de auxílio direto a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior, em especiais indígenas e quilombolas e em praticamente todas as universidades, as bolsas significam R$900,00 a R$1.000,00 mensais que não são reajustados desde que foram implementados em 2013, com os quais os estudantes se mantêm e sentem diretamente o desafio de subsistência com o aumento da inflação no país.

Sobre essas e outras questões, foram evidenciadas na roda de conversa com os estudantes indígenas, juntamente com discentes e docentes da Unir. A diálogo já iniciou com as seguintes provocações:

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Este é um momento importante, porque as culturas nos atravessam e é a partir dela que nós temos a nossa sociedade[...]. Nesse espaço, os futuros profissionais que atuam de uma forma ou de outra na comunidade indígena, estão em constante espaço de luta e retomada da Língua, da Cultura, da História e do Território. Os direitos são negociados, principalmente na Política. A Universidade também é um território Indígena e nada melhor como o Indígena para falar do Indígena (Estudante indígena em Direito, 2024).

É uma realidade a exclusão daqueles que possuem modos distintos de viver e pensar principalmente se esse pensamento surge em lugares fora dos padrões elitistas conservadores. No Brasil, temos uma imensa pluralidade cultural e é um privilégio conviver com esta diversidade nos possibilitando aprender que o belo da vida se faz presente na diferença, na diversidade, no novo. Nessa perspectiva, durante as reflexões a estudante comentou:

A Educação através dos povos Indígenas ainda é muito precária. Em uma viagem de barco pude me identificar com algumas mulheres com as mesmas dificuldades e passamos a ajudar umas às outras. Certa vez, já estando dentro da Universidade, nós indígenas pintamos algumas colunas com nossos grafismos que ficou por ali infelizmente por apenas três meses, a Unir passou tinta por cima (Estudante indígena do Mestrado em Geografia, 2024).

Dentro desse contexto, as culturas indígenas ainda tão desprezadas, apresentam-se com potencial de revolucionar nosso modo de interagir com a natureza e de pensar as relações sociais. A relevância desse paradigma não está na ruptura imediata de modelos, mas na possibilidade de se pensar em um futuro com justiça e equidade. Sobre a importância da resistência e da educação temos a importante fala

Fazemos uma conexão com uma frase muito famosa: eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer, e eu coloco um adendo a isso, estando na licenciatura de Biologia, queria dizer o seguinte: além de não morrer nós combinamos de ensinar. (Estudante indígena em Biologia, 2024).

Entretanto, mesmo com políticas de ações afirmativas, o processo de inclusão educacional dessas populações ainda é tímido na esfera das Universidades Federais. Vejamos o exemplo do Estado de Rondônia: no ano de 2013 a UNIR teve um (1) estudante indígena ingressante pela Lei de Cotas; em 2014 passou para dois (2) estudantes; no ano de 2015 subiu para vinte (20), em 2016 a universidade dobrou o número recebendo 40, já em 2017 esse número subiu para 45 indígenas e 2018 esse número reduziu para 43 alunos ingressantes (Bastos, 2018).

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

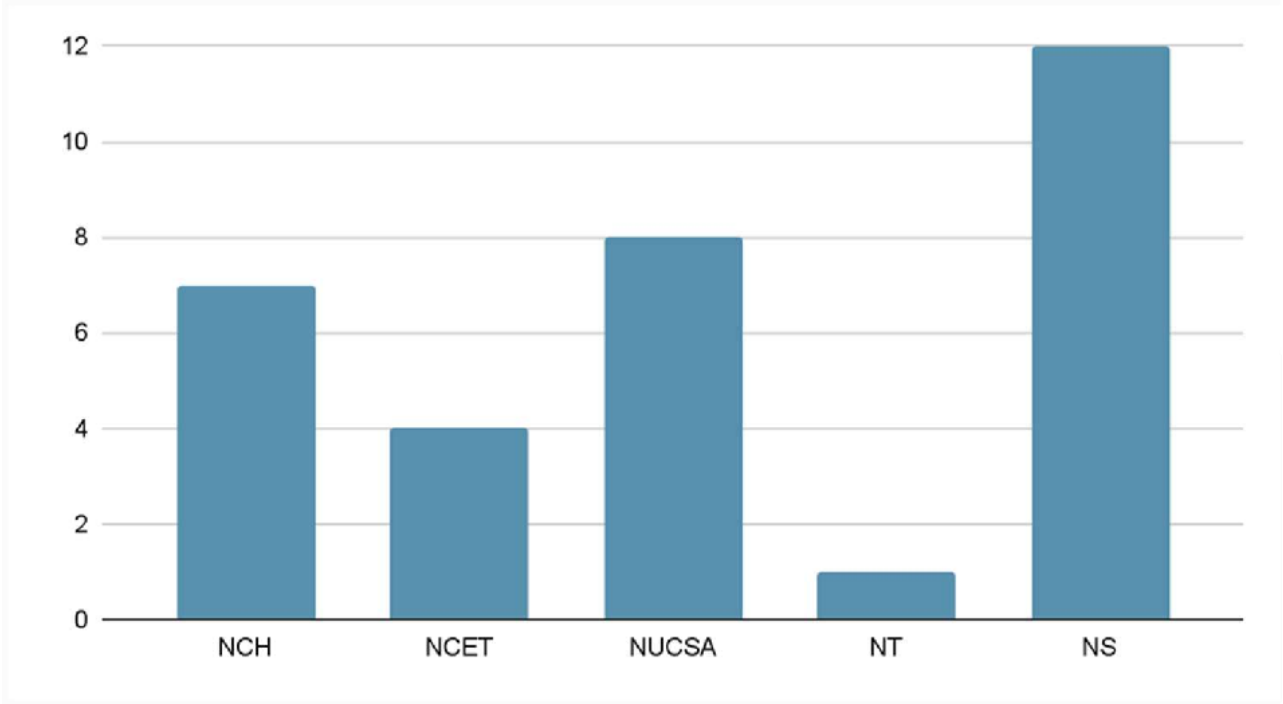


Figura 1
Estudantes indígenas ativos por Núcleo do Campus UNIR de Porto Velho
Diretoria de Registro e Controle Acadêmico - DIRCA

Em 2024, somam-se apenas 32 acadêmicos no campus de Porto Velho (Figura 1), configurando que ainda temos um longo caminho de inclusão a seguir, principalmente se considerarmos a diferença no ingresso em áreas algumas áreas especificas, exemplo Núcleo de Tecnologia.

Em contexto geral, a ideia de que a universidade não é um lugar para indígena se legitimou por muito tempo, principalmente pelos mecanismos repressores dos marcadores de diferença como raça, gênero, classe social e região, que fazem com que os acadêmicos se sintam fora do seu lugar no espaço universitário. Por isso, nosso objetivo foi questionar o "lugar" do indígena na universidade, buscando meios para que este deixe a condição de objeto de pesquisa e passe a ser sujeito produtor de discursos sobre si e sobre sua história. Como aponta neste último comentário:

> No nosso grupo, são cerca de 40 estudantes no Estado de Rondônia. Nos atravessam sempre as indagações cadê os nossos parentes que não estão nos cursos uma Universidade que tem mais de 60 cursos e não se apropriam desses cursos, e ao mesmo tempo tem um número tão reduzido nesse espaço da Universidade. Tem gente que se apropriam da identidade Indígena e isso também é muito sério, o próprio movimento vem lutando contra essa invasão, nesse espaço que é dos povos Indígenas. A Lei de Cotas foi criada a partir dos movimentos, pela questão Indígena não é diferente (Estudante indígena em Direito, 2024).

Mais do que acumular títulos, busca-se dar continuidade ao projeto de democratização do acesso e permanência no ambiente universitário, pois os indígenas ainda são uma exceção que confirma a regra. Ainda que esse monopólio mereça questionamentos, é compreensível que os indígenas ocupem esse espaço para propor novas epistemologias.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R



Figura 2
Roda de conversa com estudantes Indígenas, Porto Velho/RO (2024)
Projeto de Extensão Café com ciência

De fato, presenciamos na contemporaneidade, a desigualdade como marca do desequilíbrio inclusive na utilização dos recursos naturais, econômicos e culturais. Expansão e aceleração se tornaram obsessões, apoiadas por tecnologias, que buscam a substituição e crescimento dos lucros. Esse atual projeto de aceleração da produção e a acumulação baseiam-se nas relações sociais mediadas pela exploração e pela alienação, no qual o utilitarismo é o alicerce. Educar é, portanto, preparar o corpo para sentir, aprender e sonhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para o indígena sempre foi mostrada a partir de uma compreensão externa mesmo a legislação garantindo uma educação diferenciada que fortalecesse a afirmação étnica e cultural. Frente à difícil tarefa de modificar um modelo consolidado da sociedade globalizada, modificações no cotidiano e nas ocupações diárias podem ser voltadas para o restabelecimento das relações sociais e com a natureza. Assim, o modelo de progresso apresenta duas grandes consequências: trata os recursos da terra como inesgotáveis e permite que uma pequena parcela da humanidade acumule bens produzidos com o sofrimento e a morte de centenas de

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

outras pessoas. Considerando as significações construídas sobre seus espaços e lugares, a pesquisa constatou a importância das ações afirmativas para o acesso e permanência de discentes Indígenas no campo de Porto Velho, evidenciando alguns desafios que os alunos enfrentam em seu contexto diário, como episódios de preconceito e racismo. Além da necessidade de atualização dessas políticas a fim de garantir a continuidade destes discentes até o final dos cursos de graduação e que minimize as desistências para que a educação seja promovida de maneira mais eficaz.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Gersem. *O território indígena*. Entrevista concedida a Rubens Lopes, em 17.06.2016. Acesso em: 31 jan. 2024.

BARRETO, Marcelo Menna. Indígenas seguem abrindo espaço na educação superior do país 2022. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/04/apesar-de- retrocessos-indigenas-seguem-abrindo-espaco-na-educacao-superior/. Acesso em: 31 jan. 2024.

BASTOS, Eliane. Aplicação da Lei de Cotas nos cursos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Rondônia campus Porto Velho: Política de ação afirmativa por justiça social com equidade / Eliane Bastos. Porto Velho, RO, 2018.

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONIN, Iara Tatiana. Literatura infantil de autoria indígena: diálogos, mesclas, deslocamentos. Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 36-51, 2012.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada/, Célia Nunes Correa Xakriabá. Brasília – DF, 2018. 218 p.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). Ações afirmativas: políticas públicas contra desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo (1 ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (2019)

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. Coleção Acadêmica: EDUSP.2003.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global. 2016.

MUNDURUKU, Daniel. Educação Indígena: do Corpo, da Mente e do Espírito. Revista Múltiplas Leituras, v.2. 2009.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970- 1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina, Eduel, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) Perspectivas da Geografia. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

AmeliCA Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

AmeliCA

Disponível em:
https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/274/2745193011/2745193011.pdf

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA
Ciência Aberta para o Bem Comum

Solange dos Santos Sá Meneses

Por uma geografia etnoeducacional: Políticas de ações afirmativas sob a ótica indígena
For an ethno-educational geography: Affirmative action policies from an indigenous perspective
Por una geografía etnoeducacional: Políticas de acción afirmativa desde una perspectiva indígena

Revista Presença Geográfica
vol. 12, núm. 1, 2025
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
rpgeo@unir.br

ISSN-E: 2446-6646